



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

**TERMO DE REFERÊNCIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
**CONTRATAÇÃO DE EVENTO DE CAPACITAÇÃO**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1** Contratação de capacitação, conforme dados a seguir:

<b>Nome do Evento</b>	Palestra “Epistemologias do Sul e Feminismos Insurgentes: Saberes que Descolonizam o Mundo”, a ser proferida por Rita Von Hunty, persona drag do ator e professor Guilherme Terreri, no dia 13 de novembro de 2025, das 9h30 às 11h (horário de Rondônia); das 10h30 às 12h (horário de Brasília).
<b>Promotora do Evento</b>	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, por meio do Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade.
<b>Unidade Demandante</b>	Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Iniciativas Nacionais/Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

**2. PREVISÃO NO PLANO DE CAPACITAÇÃO ANUAL**

A demanda está prevista no Plano de Capacitação Anual?

( ) Sim    ( ) Não    ( X ) A unidade não possui Plano de Capacitação

**3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO<sup>1</sup>**

<b>Justificativa sobre a necessidade de contratação</b>	O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, por meio do Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, propõe a
---	---

<sup>1</sup> A justificativa deve conter os fatos e fundamentos que especifiquem a necessidade de uso/utilização do bem/serviço, bem como os benefícios a serem alcançados, considerando o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

	<p>contratação da palestra “Epistemologias do Sul e Feminismos Insurgentes: Saberes que Descolonizam o Mundo”, a ser proferida por Rita Von Huntz, persona drag do ator e professor Guilherme Terreri, mediante intermediação da empresa PALESTTRANDO Soluções em Palestras (CNPJ 32.518.658/0001-86).</p> <p>A referida palestra integra o conjunto de ações institucionais voltadas à promoção da equidade, da diversidade e dos direitos humanos no âmbito da Justiça do Trabalho, alinhando-se às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), especialmente no que tange à implementação do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT N.º 368/2023), da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário (Resolução CNJ n. 255/2018) e da Política de paridade de gênero, com perspectiva interseccional de raça e etnia, em atividades administrativas e jurisdicionais no âmbito do Poder Judiciário (Resolução CNJ n. 540/2023).</p> <p>A proposta dialoga, ainda, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, notadamente os ODS 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução das Desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), reafirmando o compromisso da Justiça do Trabalho com a construção de um ambiente institucional mais inclusivo, plural e democrático.</p> <p>A escolha da palestrante justifica-se pelo reconhecido trabalho de Rita Von Huntz/Guilherme Terreri na difusão de saberes críticos e interseccionais que abordam, de forma didática e provocativa, temas relacionados à</p>
--	---



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

	<p>decolonialidade, à crítica social, ao feminismo e à diversidade, com destaque nacional em espaços acadêmicos e midiáticos. Sua abordagem, que articula pedagogia, arte e pensamento social, contribui significativamente para a sensibilização e formação de servidores e magistrados quanto à importância do respeito às diferenças e à superação de práticas discriminatórias.</p> <p>A contratação coaduna-se, portanto, com o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT N.º 368/2023), ao promover ação de caráter educativo, inclusivo e transformador, que fomenta o respeito à diversidade humana e a valorização de identidades plurais no serviço público, contribuindo para o alcance de metas institucionais de equidade e sustentabilidade social.</p> <p>Por fim, ressalta-se que a empresa PALESTTRANDO Soluções em Palestras é a representante exclusiva da palestrante, sendo indispensável a sua contratação direta para a viabilização do evento, conforme o disposto no art. 74, inciso III, da Lei n. 14.133/2021, que admite a inexigibilidade de licitação em razão da natureza singular do serviço e da notória especialização da profissional indicada.</p> <p>Dessa forma, a presente contratação revela-se justificada e alinhada aos princípios da eficiência, legalidade, impessoalidade e interesse público, bem como às políticas institucionais de diversidade, equidade e responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho.</p> <p>Nesse sentido, considerando as razões expostas, sugere-se seja verificada, pelo setor competente, a</p>
--	---



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

	<p>possibilidade de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa PALESTTRANDO Soluções em Palestras, inscrita no CNPJ nº 32.518.658/0001-86, para a ministração da palestra “Epistemologias do Sul e Feminismos Insurgentes: Saberes que Descolonizam o Mundo”, a ser proferida por Rita Von Hunty, persona drag do ator e professor Guilherme Terreri, no dia 13 de novembro de 2025, com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta em razão da inexigibilidade de licitação, quando inviável a competição em virtude da natureza singular do serviço e da notória especialização do profissional.</p>
--	---



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

<p><b>Fundamentação Legal</b></p>	<p><b>Lei nº 14.133 de 1º/4/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) – Art. 74, III, alínea “f”</b> – Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal) com profissionais ou empresas de notória especialização.</p> <p><b>Política de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho</b> (Ato Conjunto n. 24/CSJT.TST.GP, de 13 de novembro de 2014).</p> <p><b>Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário</b> (Resolução CNJ n. 255/2018).</p> <p><b>Política de paridade de gênero, com perspectiva interseccional de raça e etnia</b>, em atividades administrativas e jurisdicionais no âmbito do Poder Judiciário (Resolução CNJ n. 540/2023).</p> <p><b>Anexo III da Portaria Conjunta STF/CNJ/STJ/CJF nº 03/2007</b> – Regulamento do Programa de Capacitação.</p> <p><b>Resolução CNJ nº 192/2014</b> – Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.</p> <p><b>Resolução CSJT nº 159/2015</b> – Política Nacional de Educação para os servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.</p> <p><b>Recomendação do TCU art. 2º, II, da Resolução TCU 247/2011 iGovPessoas</b> - mede o esforço das organizações em melhorar a governança em gestão de pessoas.</p>
-----------------------------------	--



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

	<b>Resolução Administrativa nº 079/2014</b> que aprovou o Planejamento Estratégico Participativo – PEP 2015-2020 do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.
--	--

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

<b>Modalidade</b>	( ) Presencial, em Porto Velho/RO, com transmissão ao vivo da Conferência de Abertura. ( X ) Telepresencial (ao vivo) ( ) A distância ( ) Híbrido
<b>Outros Requisitos</b>	Não se aplica.

### 4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

**4.1** A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

( ) Não

( X ) Sim - Discrimine a seguir:

Os critérios de sustentabilidade em eventos de formação são fundamentais para minimizar o impacto ambiental e social desses encontros. Assim, alinhado ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho e outros normativos do Poder Judiciário, elencamos alguns critérios a serem seguidos pela organização do evento:

1. Modalidade online: o formato de realização do evento reduz os gastos com água, energia elétrica, consumo de descartáveis e materiais de expediente;
2. Comunicação digital: Utilizar plataformas online para fornecer materiais e informações em vez de impressões em papel.
3. Diversidade e inclusão: Garantir que o evento seja acessível a todos os participantes, independentemente de suas necessidades especiais, e promover a diversidade e inclusão em todas as atividades;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

<b>Docentes</b>	<p>A escolha da palestrante justifica-se pelo reconhecido trabalho de <b>Rita Von Hunt/Guilherme Terreri</b> na difusão de saberes críticos e interseccionais que abordam, de forma didática e provocativa, temas relacionados à <b>decolonialidade, à crítica social, ao feminismo e à diversidade</b>, com destaque nacional em espaços acadêmicos e midiáticos. Sua abordagem, que articula pedagogia, arte e pensamento social, contribui significativamente para a <b>sensibilização e formação de servidores e magistrados</b> quanto à importância do respeito às diferenças e à superação de práticas discriminatórias.</p> <p><b>Formação Acadêmica:</b> Licenciatura em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Graduação em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).</p> <p><b>Perfil Profissional:</b> Guilherme Terreri desenvolve sua carreira por meio de duas frentes articuladas: a atuação acadêmica/educativa e a persona drag Rita von Hunt como meio de comunicação e intervenção social.</p>
<b>Público-alvo</b>	Magistrados e Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região do Estado de Rondônia e Acre.
<b>Número total participantes</b>	Até 150 (cento e cinquenta) participantes.
<b>Período de Realização</b>	Evento previsto para ser realizado no dia 13 de novembro, das 9h30 às 11h (horário de Rondônia); das 10h30 às 12h (Horário de Brasília).
<b>Carga Horária Total</b>	1 hora e 30 minutos.
<b>Validação da atividade para fins de Adicional de Qualificação</b>	Salientamos que esta ação de capacitação será computada para fins de adicional de qualificação, face à vinculação às áreas de interesse de que trata o art. 6º da Resolução CSJT nº 196/2017 e os Anexos I e II da Portaria TRT4 nº 1.050/2018.
<b>Eixos e Competências</b>	Encontra-se alinhado à Perspectiva “Aprendizado e



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

<b>Administrativas</b>	Conhecimento”, bem como ao Objetivo Estratégico relacionado ao tema “Aperfeiçoamento de Gestão de Pessoas”, previstos no Plano Estratégico do TRT 14 Região - Ciclo 2021/2026.
<b>ODS Relacionado</b>	4 - Educação de Qualidade 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.
<b>É a capacitação para o desenvolvimento gerencial?</b>	Sim.
<b>Local de Realização</b>	Evento telepresencial, via Plataforma Zoom.
<b>Há necessidade de pagamento de diárias aos participantes?</b>	( ) Sim ( X ) Não

## 7. MODELO DE GESTÃO DO TREINAMENTO

DADOS DO SERVIDOR DO TRIBUNAL PARA COMBINAR A EXECUÇÃO	
<b>Nome</b>	Iuri Tadeu Ribeiro de Carvalho, secretário do Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade
<b>Telefone</b>	(69) 99243-4176
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:iuri.carvalho@trt14.jus.br">iuri.carvalho@trt14.jus.br</a>

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

**8.1** O pagamento será realizado após a conclusão do treinamento.

**8.2** O contratado deverá efetuar cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.

**8.2.1** Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

## 9. ESTIMATIVA DE PREÇOS

**9.1.** O valor total da contratação do curso é de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

**9.2. Pesquisa de Preços:**

<b>Tipo</b>	<b>Docente / Empresa</b>	<b>Fonte de pesquisa de preços</b> (Nota Fiscal, Nota de Empenho, Orçamento, etc)	<b>Fis.</b>	<b>Valor por inscrição</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Carga Horária</b>
Proposta	empresa PALESTTRAND O Soluções em Palestras, inscrita no CNPJ nº 32.518.658/0001-86	<b>R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).</b>		<b>Não se aplica</b>	<b>R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).</b>	<b>1 hora e 30 minutos.</b>

**9.3. Análise Pesquisa de Preços:**

<b>Justificativa pela eventual não obtenção de 3 fontes de pesquisa</b>	A empresa apresentou nota fiscal e nota de empenho comprovando que o preço ofertado está em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, as quais foram emitidas no período do ano corrente à data da presente contratação com a Administração.  Essa documentação constará nos autos do processo.
<b>Justificativa pela eventual não realização de pesquisa com outros fornecedores</b>	

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

( x ) Cursos da área administrativa: item Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade (PTRES 248331)

O suporte orçamentário da despesa será provido pelo item Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade (PTRES 248331), destinando-se à presente demanda o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

**11. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**11.1.** A contratação deverá ser realizada por inexigibilidade de licitação.

**12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

<b>Justificativa robusta sobre a escolha da contratada</b>	<p>A contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa PALESTTRANDO Soluções em Palestras, inscrita no CNPJ nº 32.518.658/0001-86, para a ministração da palestra “Epistemologias do Sul e Feminismos Insurgentes: Saberes que Descolonizam o Mundo”, a ser proferida por Rita Von Huntty, persona drag do ator e professor Guilherme Terreri, durante a 3ª edição do evento “Chá com Elas”, encontra fundamento legal no art. 74, inciso III, c/c o art. 6º, inciso XL, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta em razão da inexigibilidade de licitação, quando inviável a competição em virtude da natureza singular do serviço e da notória especialização do profissional.</p> <p>A escolha da palestrante justifica-se pelo seu reconhecimento nacional na disseminação de saberes críticos, com ênfase em epistemologias do Sul, feminismos insurgentes, diversidade e inclusão, temas centrais para a promoção da equidade de gênero, raça e diversidade no âmbito institucional. A abordagem da palestrante alia rigor acadêmico, experiência pedagógica e linguagem inclusiva, garantindo impacto formativo significativo para o público-alvo, composto por magistrados, servidores e participantes de relevância institucional.</p> <p>A contratação da PALESTTRANDO Soluções em Palestras, empresa detentora da exclusividade de</p>
--	--



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

		representação da palestrante, é indispensável para viabilizar o evento, caracterizando serviço singular e impossibilidade de competição, requisitos essenciais à configuração da inexigibilidade, nos termos da nova Lei de Licitações. A natureza inédita e especializada do conteúdo reforça a impossibilidade de obtenção do mesmo serviço por meio de outros fornecedores, garantindo eficiência, economicidade e qualidade na execução do evento.
<b>Regularidade fiscal</b>		A empresa encontra-se regular conforme documentação juntada aos autos.
<b>Docentes/Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Contato</b>
empresa PALESTTRANDO Soluções em Palestras, inscrita no CNPJ nº 32.518.658/0001-86	CNPJ nº 32.518.658/0001-86	Renan Bispo - Diretor Comercial Palesttrando Soluções em Palestra (11) 9 4815-5378 Site: <a href="http://palesttrando.com.br">palesttrando.com.br</a>
Diárias/Hotel A	-	<b>Não se aplica.</b>
Bilhetes aéreos A	IDA: <b>não se aplica.</b>	VOLTA: <b>não se aplica.</b>
Observações:	<b>Não se aplica.</b>	

### 13. SANÇÕES APLICÁVEIS

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

1. der causa à inexecução parcial do contrato;
2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

3. der causa à inexecução total do contrato;
4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:**
1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
  2. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

**15.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**16.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**17.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**18.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**19.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**20.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**21.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**22.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

**23.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**25.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**26.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**27.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

**RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

(assinado digitalmente)

**FERNANDA ANTUNES MARQUES JUNQUEIRA**

Juíza do Trabalho e Coordenadora do Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

(assinado digitalmente)

**WADLER FERREIRA**

Juiz do Trabalho e Coordenador do Comitê Gestor Regional do Programa de Equidade de  
Raça, Gênero e Diversidade

Responsável pela Oficialização da Demanda